SECOHTUR
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES,
BARES E SIMILARES, REFEIÇÕES COLETIVAS, AGÊNCIAS DE TURISMO,
CONDOMÍNIOS, TURISMO E HOSPITALIDADE DE SANTA MARIA - RS.

{CIRC.REF. COLETIVAS 2022-2023}

CIRCULAR – REFEIÇÕES COLETIVAS

O SECOHTUR, celebrou Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas do Estado do Rio Grande do Sul, com vigência a partir de **01º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023** e a data-base da categoria em **01º de março**, e que beneficiará **Trabalhadores em Empresas de Refeições Coletivas, (Alimentação Preparada, Cozinha Industrial)**, com abrangência territorial em **Santa Maria/RS**.

1 - PISO NORMATIVO: Será assegurado, a partir de 1º de março de 2022, o salário normativo de R\$ 1.460,47 (um mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos) mensais, observados os reajustes posteriormente estabelecidos na legislação estadual e ressalvados os salários espontaneamente praticados que, eventualmente, sejam mais favoráveis aos trabalhadores. O pagamento das possíveis diferenças salariais resultantes do presente ajuste coletivo serão pagas na folha de pagamento da competência do mês de abril de 2022.

2 - REPOSIÇÃO SALARIAL: Conceder, aos integrantes da categoria profissional suscitante, a partir de 1º de março de 2022, sobre os salários praticados em 01/04/2021, um reajuste de 10,16% (dez vírgula dezesseis por cento), para salários de R\$ 0,01 até R\$ 2.651,54, e um reajuste fixo no valor de R\$ 269,40 (duzentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) para salários a partir de R\$ 2.651,55, observado, no pertinente às compensações, o que segue: ressalvadas as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, na hipótese de empregado admitido após a data-base, ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação à data de admissão, e com preservação da hierarquia salarial.

3- ADICIONAL DE HORAS EXTRAS: As horas extraordinárias subsequentes às duas primeiras serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

4- AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - CESTA BÁSICA – ASSIDUIDADE : A partir de 01 de março de 2022, até o dia 25 de cada mês as empresas fornecerão cesta básica/vale alimentação no valor de R\$ 130,67 (cento e trinta reais e sessenta e sete centavos), para os trabalhadores que tiverem 100% (cem por cento) de frequência ao trabalho, e que não estiverem afastados pela previdência social, por doença ou acidente de trabalho. O fornecimento deverá ser na forma de cartão alimentação ou em dinheiro, não sendo permitido o fornecimento de gêneros alimentícios. Fica facultado à empresa o desconto, sob este título, em folha de pagamento, de cada trabalhador beneficiado, do valor máximo de R\$ 10,00 (dez reais). A cesta básica que alude a presente cláusula não integra, para qualquer efeito, a remuneração do empregado, inclusive o seu salário de contribuição para fins de seguridade social.

5- AUXÍLIO TRANSPORTE: GARANTIA DE TRANSPORTE APÓS A ZERO HORA E ATÉ AS 05HS: As empresas fornecerão transporte aos empregados do local de trabalho à residência, quando o horário de saída ocorrer das 00h às 05h, desde que não servido o local por transporte público regular em horário compatível.

6- AUXÍLIO CRECHE: ASSISTÊNCIA AOS FILHOS DOS EMPREGADOS: Determina-se a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação, quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos, facultado o convênio com creches.

7- FOLGAS DOMINICAIS E FERIADOS: O trabalho prestado em domingos e feriados, quando não compensado, será contra prestado com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo da remuneração do repouso semanal.

8- LOCAL PARA REFEIÇÕES: Obrigam-se as empresas, quando concederem intervalo entre turnos para lanche, sem dispensarem os empregados, a manter local apropriado e em condições de higiene.

9- PRAZO PARA PAGAMENTO DAS FÉRIAS: Estabelece-se multa de 01 (um) dia de salário por dia de atraso, em favor do empregado, a ser paga pelo empregador que não efetuar o pagamento do salário, ou das férias, ou do 13º salário nos prazos da Lei, limitada a multa ao valor do principal. O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com feriado ou dia de compensação de repouso semanal. Comunicado ao empregado o período do gozo de férias individuais ou coletivas, o empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa e, ainda assim, mediante o ressarcimento, ao empregado, dos prejuízos financeiros por este comprovados.

SECOHTUR
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, RESTAURANTES,
BARES E SIMILARES, REFEIÇÕES COLETIVAS, AGÊNCIAS DE TURISMO,
CONDOMÍNIOS, TURISMO E HOSPITALIDADE DE SANTA MARIA - RS.

10- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS: Em favor do sindicato suscitante as empresas efetuarão o desconto de 2% (dois por cento) ao mês, dos salários dos integrantes da categoria profissional, atingidos ou não pelas cláusulas supra referidas, a título de Contribuição Assistencial. Este desconto, aprovado pela assembleia Geral Extraordinária, deverá ser repassado ao sindicato profissional, até o quinto dia útil do mês subsequente ao do recolhimento. Os empregados terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da homologação deste, para se manifestar individualmente, sobre o desconto referido, via correspondência manuscrita em duas vias com nome, endereço, número do CPF, número da CTPS, nome e endereço da empresa a que está vinculado, entregue na sede do Sindicato, para seu devido deferimento pela diretoria executiva. Não o fazendo no prazo, presumir-se-á autorizado tal desconto e a empresa não poderá se opor ao repasse ao Sindicato suscitante. Conforme determinado em Assembleia Geral Extraordinária dos trabalhadores, os empregados que não se opuserem ao desconto Assistencial, no prazo de 15 (quinze) dias da homologação da Convenção, passarão a condição de sócio na categoria B, com direito a serem fixados pela diretoria da entidade, excluindo-se o de votar e ser votado em Assembleias Gerais que não sejam de discussão de Convenções Coletivas ou Dissídios Coletivos das categorias representadas pela entidade. Ultrapassado o 5º (quinto) dia útil de cada mês, e não havendo o desconto no salário do empregado do mês anterior, para o pagamento das contribuições assistenciais, a que se refere a cláusula supra, o ônus do débito passa para o empregador. Quando do atraso no repasse, pelo empregador, do valor previsto na cláusula supra, aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, mais correção monetária e juros de 1% (um por cento) a cada mês de atraso e honorários advocatícios, os quais serão de responsabilidade exclusiva do empregador.

11- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL CATEGORIA ECONÔMICA: Cada empresa representada pelo Sindicato Suscitado recolherá aos cofres do mesmo, a título de Contribuição Assistencial Categoria Econômica, o percentual de 1% (um por cento) sobre a folha de salários de seus empregados, dos meses de março de 2022 a fevereiro de 2023. O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 5 (cinco) do mês subsequente aos acima mencionados, e em caso de inadimplência, incidirá uma multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do débito, acrescido de juros e correção monetária, sem prejuízo das cominações previstas no artigo 600 da CLT.

12- CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL: As empresas pertencentes ao segmento, associadas ou não, deverão recolher mensalmente ao sindicato patronal, a quantia equivalente a 1% (um por cento) do salário base das folhas de pagamento de seus empregados, nas competências de março de 2022 a fevereiro de 2023, no total de 12% (doze por cento) no período, conforme decisão aprovada em assembleia e amparada pelo inciso IV do art. 8º da Constituição Federal. Os valores respectivos deverão ser recolhidos aos cofres da entidade até o dia 5 (cinco) do mês subsequente a cada competência, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento), acrescidos de correção monetária e juros legais.

13- VALIDADE DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO: Os acordos coletivos de trabalho envolvendo empregados e empresas representados pelas entidades convenientes, salvo aqueles que tratam especificamente de participação nos lucros e resultados, deverão obrigatoriamente ser assistidos e firmados pelo sindicato econômico, sob pena de nulidade.

14- MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER: Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário básico, em favor do empregado prejudicado, excetuadas as cláusulas que já contenham multa específica ou previsão legal, desde que constituído em mora o empregador

15 - VIGÊNCIA: As presentes disposições vigoram a partir de 1º de MARÇO de 2022.

O DOCUMENTO NA INTEGRA PODE SER VISUALIZADO NA PAGINA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO COM O NÚMERO DE REGISTRO: RS000794/2022.

Santa Maria, 25 de abril de 2022.

REJANE CARARA CABRAL
Presidenta